

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br TERMO ADITIVO

# SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2021-**FUNJEAM**

SEGUNDO **TERMO ADITIVO** AO **CONTRATO** ADMINISTRATIVO Nº 007/2021-FUNJEAM, que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do FUNDO DE MODERNIZAÇÃO REAPARELHAMENTO DO **PODER** ESTADUAL - FUNJEAM, e a empresa AIGP SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA, na forma abaixo.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL - FUNJEAM, sediado na Cidade de Manaus. Estado do Amazonas, à Avenida André Araújo, s/nº, Aleixo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.301.769/0001-09, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA, brasileiro, casado, Magistrado, residente e domiciliado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, portador da Carteira de Magistrado nº 358-TJ/AM e inscrito no CPF/MF sob nº 069.981.942-34, neste instrumento simplesmente denominado CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa AIGP SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Amazonas, em 19/08/2010, sob o nº 13200541910, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.403.043/0001-05, estabelecida na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, à Rua Isabel, Número 295B, Bairro Centro, CEP 69.005-120, neste ato representada pelo seu Procurador, o Sr. FRANCISCO MOACIR MAIA FILHO, brasileiro, divorciado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, portador da Carteira de Identidade nº 463677 SSP/AM e inscrito no CPF/MF sob nº 240.338.202-72, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Digital nº 2021/000016932-00, doravante referido apenas por PROCESSO, e o despacho autorizador exarado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do TJAM no mencionado PROCESSO, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA, na presença das testemunhas adiante nominadas é celebrado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2021-FUNJEAM, que se regerá pelas normas instituídas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente termo aditivo tem por objetos:
  - 1.1.1. A prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 007/2021-FUNJEAM, pelo período de 12 (doze) meses, relativo à prestação, de forma contínua, de serviços de ascensoristas, para exercer as atividades nos elevadores das unidades do CONTRATANTE;
  - 1.1.2. A alteração da <u>Cláusula Décima Quinta Da Retenção das Provisões em Conta</u> Vinculada do Contrato Administrativo nº 007/2021-FUNJEAM, em atendimento a Resolução nº

008/2021-TJAM que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a aplicação da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções CNJ nºs 183/2013, 248/2018 e 301/2019, a viger com a seguinte tabela:

Título	Regime de tributação							
	Lucro Real ou Presumido		Simples Nacional		Empresas optantes da Contribuição Previdenciária sobre o valor da receita bruta (Lei nº 12,546/2011)			
	Mínimo	Máximo	Minimo	Máximo	Mínimo	Máximo		
Férias = [(1/12)x100]	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%		
1/3 Constitucional = [(1/3)x(1/12)x100]	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%		
13º Salário = [(1/12)x100]	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%		
Multa FGTS = [0,08x0,4x0,9x[(1+(1/12)+(4/36)) x100]	3,44%	3,44%	3,44%	3,44%	3,44%	3,44%		
Subtotal [a]	22,88%	22,88%	22,88%	22,88%	22,88%	22,88%		
Variação RAT Ajustado (0,5% a 6%)	0,5%	6%	8	6%	0,5%	6%		
Variação Encargos Previdenciários e FGTS (VEPF)	33,80%	33,80%	10,60%	28,00%	15,80%	18,30%		
Encargos Previdenciários e FGTS = (RAT ajustado + VEPF) x [(1/12)+(4/36)] x 100 ſbl	6,67%	7,74%	2,06%	6,61%	3,17%	4,73%		
Total a contingenciar antes das tarifas bancárias [a+b]	29,55%	30,62%	24,94%	29,49%	26,05%	27,61%		

1.1.3. A inclusão da Cláusula Trigésima Primeira no Contrato Administrativo nº 007/2021-**FUNJEAM**, em observância à Resolução Nº 363/2021 do Conselho Nacional de Justiça e à Lei Geral de Proteção de Dados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência estabelecido na Cláusula Oitava do Contrato Administrativo nº 007/2021-FUNJEAM fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 1º de março de 2022.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O objeto consubstanciado no presente instrumento fundamenta-se no art. 57, inciso II, e no art. 65, I, a, ambos da Lei 8.666/93, bem como na Resolução nº 008/2021-TJAM e demais fundamentos supramencionados.

# CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO ADITIVO

A CONTRATANTE pagará o valor global de R\$ 589.670,64 (Quinhentos e oitenta e nove mil, 4.1. seiscentos e setenta reais, e sessenta e quatro centavos), correspondendo ao valor mensal de R\$ 49.139,22 (Quarenta e nove mil, cento e trinta e nove reais, e vinte e dois centavos), assim discriminado:

ITE	И	DESCRIÇÃO	QTDE	PERÍODO (MÊS)	VALOR ESTIMADO MENSAL UNITÁRIO (R\$)	VALOR ESTIMADO TOTAL MENSAL (R\$)

		589.670,64				
		49.139,22				
	02	ENCARREGADO DE SERVIÇO	01	12	3.983,54	3.983,54
L	01	ASCENSORISTAS	16	12	2.822,23	45.155,68

# CLÁUSULA QUINTA – DA INCLUSÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

5.1. O presente contrato passa a vigorar com a CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS com a seguinte redação:

# CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE **DADOS PESSOAIS**

- 31.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- **31.2.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- 31.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
- 31.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.
- **31.5.** A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

# CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente Contrato serão custeadas, no exercício em curso, por conta do Programa de Trabalho 02.061.3290.2560.0001, Elemento de Despesa 33903701, Fonte de Recurso 02010000, Unidade Orçamentária 04703 (Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário Estadual), Nota de Empenho 2022NE0000209, de 14/02/2022, no valor de R\$ 491.392,20 (quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e dois reais, e vinte centavos), créditos referentes a cobertura do período de março a dezembro de 2022, ficando o restante para ser empenhado no exercício de competência..

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

6.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais não modificadas direta ou indiretamente por este Instrumento.

E assim, por estarem as partes justas e acordadas, lavram e assinam este Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que se produzam seus jurídicos efeitos.

Manaus/AM, 17 de fevereiro de 2022.

Documento assinado eletronicamente

### Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas CONTRATANTE

Documento assinado eletronicamente

#### Sr. FRANCISCO MOACIR MAIA FILHO

Representante Legal da Empresa AIGP Serviços Empresariais Ltda CONTRATADA

#### **TESTEMUNHAS:**

Documento assinado eletronicamente

ADRIANA LIZARDO GOMES DE AZEVEDO

Assistente Judiciário TJAM

Documento assinado eletronicamente JOSIE CRISTINA JERÔNIMO Assistente Judiciária - TJAM

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 007/2021-FUNJEAM

Av. André Araújo, s/nº, Aleixo - Manaus/AM - Tel.: 2129-6792 - E-mail: contratos@tjam.jus.br



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Jorge Chalub Pereira**, **Presidente**, em 17/02/2022, às 13:07, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA LIZARDO GOMES DE AZEVEDO**, **Servidor**, em 17/02/2022, às 13:43, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Josie Cristina Jerônimo**, **Assistente Judiciário**, em 17/02/2022, às 13:44, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO MOACIR MAIA FILHO**, Usuário **Externo**, em 17/02/2022, às 14:01, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\_externo.php?
acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0 informando o código verificador 0458592 e o
código CRC B3B7E99E.

2021/000016932-00 0458592v4